

**PARECERES DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA**

TC-004109.989.18-6  
 Prefeitura Municipal: Elías Fausto.  
 Exercício: 2018.  
 Prefeitos: Mauricio Baroni Bernardinetti e Rui Thoni  
 Períodos: (01-01-18 a 04-09-18 e 17-09-18 a 31-12-18) e (05-09-18 a 16-09-18).

Advogados: Jesuino Jose Mattiuzzo (OAB/SP nº 56.804), José Elias Aun Filho (OAB/SP nº 139.906) e Gisele Zatarin (OAB/SP nº 259.417).

Procurador de Contas: Renata Constante Cestari.  
 Fiscalizada por: UR-3 – DSF-II.

Fiscalização atual: UR-3 – DSF-II.  
 CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS MAIS RELEVANTES. OBSERVÂNCIA. FALHAS CONSTATADAS. SEM FORÇA PARA COMPROMETER A MATÉRIA. PARECER FAVORÁVEL.

ITENS RESULTADOS  
 Ensino 27,00%  
 FUNDEB 100%

Magistério 77,98%  
 Pessoal 49,87%  
 Saúde 28,94%

Execução Orçamentária Superávit 2,30% - R\$ 1.386.181,14  
 Resultado Financeiro Superávit – R\$ 3.769.177,05  
 Precatórios Regular

Encargos Sociais Regular  
 Transferências ao Legislativo Regular

Vistos, relacionados e discutidos os autos.  
 ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 17 de março de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Samy Wurman, na conformidade das correspondentes notas taxativas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Publique-se.  
 São Paulo, 14 de maio de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR  
 TC-004487.989.18-8  
 Prefeitura Municipal: Socorro.

Exercício: 2018.  
 Prefeitos: André Eduardo Bozola de Souza Pinto e Edelson Cabral Teves.

Períodos: (01-01-18 a 18-11-18 e 19-12-18 a 31-12-18) e (19-11-18 a 18-12-18).

Advogados: José Ricardo Custódio da Silva (OAB/SP nº 264.664) e outros.

Procurador de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.  
 Fiscalizada por: UR-19 – DSF-I.

Fiscalização atual: UR-19 – DSF-I.  
 CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS MAIS RELEVANTES. OBSERVÂNCIA. FALHAS CONSTATADAS. SEM FORÇA PARA COMPROMETER A MATÉRIA. PARECER FAVORÁVEL.

ITENS RESULTADOS  
 Ensino 26,82%  
 FUNDEB 100%

Magistério 85,30%  
 Pessoal 46,17%  
 Saúde 32,10%

Execução Orçamentária Superávit 0,36% - R\$ 367.012,13  
 Resultado Financeiro Superávit – R\$ 3.797.791,10  
 Remuneração dos Agentes Políticos Regular

Precatórios Regular  
 Encargos Sociais Regular

Transferências ao Legislativo Regular  
 Vistos, relacionados e discutidos os autos.

ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 17 de março de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Samy Wurman, na conformidade das correspondentes notas taxativas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Publique-se.  
 São Paulo, 14 de maio de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR  
 TC-004554.989.18-6  
 Prefeitura Municipal: Pirajui.

Exercício: 2018.  
 Prefeito: César Henrique da Cunha Fiala.

Advogados: Ronan Figueira Daun (OAB/SP nº 150.423), Fátima Carolina Pinto Bernardes (OAB/SP nº 161.287) e Diego Rafael Esteves Vascconcellos (OAB/SP nº 290.219).

Procurador de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.  
 Fiscalizada por: UR-2 – DSF-I.

Fiscalização atual: UR-2 – DSF-I.  
 CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. PLANEJAMENTO. IEGM/TCESP. QUADRO DE PESSOAL. CARGOS EM COMISSÃO. ATRIBUIÇÕES NÃO DEFINIDAS. AUSÊNCIA DE EXIGÊNCIA DE ESCOLARIDADE. RECOMENDAÇÕES. PARECER FAVORÁVEL.

ITENS RESULTADOS  
 Ensino 26,59%  
 FUNDEB 100,00%

Magistério 73,27%  
 Pessoal 49,18%  
 Saúde 20,34%

Transferências ao Legislativo Regular  
 Execução Orçamentária Superávit 4,30% = R\$ 2.442.917,26

Resultado Financeiro Superávit R\$ 4.321.386,31  
 Remuneração dos Agentes Políticos Regular

Precatórios Regular  
 Encargos Sociais Regular

Vistos, relacionados e discutidos os autos.  
 ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 17 de março de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Samy Wurman, na conformidade das correspondentes notas taxativas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Publique-se.  
 São Paulo, 14 de maio de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR  
 TC-004646.989.18-6  
 Prefeitura Municipal: São Roque.

Exercício: 2018.

Prefeito: Cláudio José de Góes.

Advogado: Jesse Romero Almeida (OAB/SP nº 329.567).  
 Procurador de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

Fiscalizada por: UR-9 – DSF-I.  
 Fiscalização atual: UR-9 – DSF-II.

CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS MAIS RELEVANTES. OBSERVÂNCIA. FALHAS CONSTATADAS. SEM FORÇA PARA COMPROMETER A MATÉRIA. PARECER FAVORÁVEL.

ITENS RESULTADOS  
 Ensino 30,32%  
 FUNDEB 100%

Magistério 90,69%  
 Pessoal 50,13%  
 Saúde 23,33%

Execução Orçamentária Déficit 0,10% - R\$ 244.604,32 (relevado)

Resultado Financeiro Superávit – R\$ 4.465.353,17  
 Precatórios Regular

Encargos Sociais Regular  
 Transferências ao Legislativo Regular

Vistos, relacionados e discutidos os autos.  
 ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 17 de março de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Samy Wurman, na conformidade das correspondentes notas taxativas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Publique-se.  
 São Paulo, 14 de maio de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR  
 TC-004269.989.18-2  
 Prefeitura Municipal: Pracinha.

Exercício: 2018.  
 Prefeito: Maurílio Aparecido Dias da Silva.

Advogado: Juliana Kenel Amadio Silva Bressan (OAB/SP nº 289.794).

Procurador de Contas: Renata Constante Cestari.  
 Fiscalizada por: UR-18 – DSF-I.

Fiscalização atual: UR-18 – DSF-I.  
 CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS OBSERVADOS. SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. DIMINUIÇÃO DA DÍVIDA DE LONGO PRAZO. FALHAS FORMAIS RELEVANTES. RECOMENDAÇÕES AO EXECUTIVO. DETERMINAÇÕES. PARECER FAVORÁVEL.

ITENS RESULTADOS  
 Ensino 31,45%  
 FUNDEB 100%

Magistério 95,23%  
 Pessoal 50,17%  
 Saúde 19,27%

Execução Orçamentária Regular  
 Execução Orçamentária Superávit de 4,07% - R\$ 548.736,65

Resultado Financeiro Positivo – R\$ 236.889,82  
 Remuneração dos Agentes Políticos Regular

Precatórios Regular  
 Encargos Sociais Regular

Vistos, relacionados e discutidos os autos.  
 ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 17 de março de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Samy Wurman, na conformidade das correspondentes notas taxativas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Determina à Prefeitura que providencie a compatibilização do Pagamento de Adicionais de Insalubridade (Ils.19/20, evento 115.57), conforme consta deste voto.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Publique-se.  
 São Paulo, 14 de maio de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR  
 TC-004040.989.18-2  
 Prefeitura Municipal: Cardoso.

Exercício: 2018.  
 Prefeito: Jair Cesar Nattes.

Advogado: Fátima Aparecida dos Santos (OAB/SP nº 161.749).

Procurador de Contas: Renata Constante Cestari.  
 Fiscalizada por: UR-11 – DSF-I.

Fiscalização atual: UR-11 – DSF-I.  
 CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS MAIS RELEVANTES. OBSERVÂNCIA. INSUFICIÊNCIA DE VALOR ÍNFINO NO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS. FALHA RELEVADA. FALTA DE CONTROLE DOS GASTOS COM COMBUSTÍVEIS. DÉFICIT DE VAZIAS EM CRECHES MUNICIPAIS. PARECER FAVORÁVEL COM RECOMENDAÇÕES.

ITENS RESULTADOS  
 Ensino 26,90%  
 FUNDEB 100%

Magistério 67,57%  
 Pessoal 47,89%  
 Saúde 28,32%

Execução Orçamentária Déficit 6,55% - R\$ 2.728.647,60  
 Resultado Financeiro Déficit – R\$ 419.416,65

Remuneração dos Agentes Políticos Regular  
 Precatórios Relevado

Encargos Sociais Regular  
 Transferências ao Legislativo Regular

Vistos, relacionados e discutidos os autos.  
 ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 17 de março de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Samy Wurman, na conformidade das correspondentes notas taxativas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Publique-se.  
 São Paulo, 14 de maio de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR  
 TC-004512.989.18-7  
 Prefeitura Municipal: Caçapava.

Exercício: 2018.  
 Advogados: Marcelo Palaveri (OAB/SP nº 114.164), Flavia Maria Palaveri (OAB/SP nº 137.889), Ana Maria Roncaglia Iwasaki (OAB/SP nº 200.017) e Renata Maria Palaveri Zamaro (OAB/SP nº 376.248).

Procurador de Contas: Renata Constante Cestari.  
 Fiscalizada por: UR-7 – DSF-II.

Fiscalização atual: UR-7 – DSF-I.

CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. PRECATÓRIOS. ACORDO DE PARCELAMENTO. HOMOLOGAÇÃO PELO TJSP. PARECER FAVORÁVEL.

ITENS RESULTADOS  
 Ensino 26,15%  
 FUNDEB 100%

Magistério 79,18%  
 Pessoal 52,39%  
 Saúde 33,29%

Execução Orçamentária Déficit 0,93% - R\$ 2.242.291,91 (Relevado)

Resultado Financeiro Déficit – R\$ 584.336,09 (Relevado)

Precatórios Regular (Acordo homologado pelo TJSP)

Encargos Sociais Regular  
 Transferências ao Legislativo Regular

Vistos, relacionados e discutidos os autos.  
 ACORDA a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 17 de março de 2020, pelo voto dos Conselheiros Renato Martins Costa, Presidente e Relator, Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Samy Wurman, na conformidade das correspondentes notas taxativas, emitir parecer favorável à aprovação das contas da Prefeitura, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Presente na sessão o Procurador do Ministério Público de Contas Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Os autos estão disponíveis, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Publique-se.  
 São Paulo, 14 de maio de 2020.

RENATO MARTINS COSTA-PRESIDENTE E RELATOR

**SENTENÇAS****SENTENÇA DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CIDADINI****SENTENÇAS PROFERIDAS PELO CONSELHEIRO RELATOR ANTONIO ROQUE CIDADINI**

Os processos referidos ficarão disponíveis aos interessados para vista e exibição de cópias independente de requerimento, em Cartório, nos termos da Resolução nº02/2000.

Processos: eTC – 3467.989.15-8, eTC – 17225.989.16-9, eTC – 14484.989.17-3 e eTC – 4370.989.15-4.

Contratante: Prefeitura Municipal de Bofete. Contratada: Izilda Domingues de Rezende EPP. Em exame: Tomada de Preços nº 05/2015; Contrato nº 42/2015, assinado em 05.05.2015, Termos Aditivos nº 05/2015 de 10.12.2015, Termo de Rescisão nº 05/2016 de 30.12.2016 e Execução Contratual. Objeto: Execução de Obras de Construção de Ginásio Poliesportivo. Valor: R\$ 1.024.054,41. Responsável: Claudécio José Eburneo, Prefeito Municipal. MPC: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres, Procuradora.

Extrato de Sentença:

Pelos fundamentos expostos na sentença referida, julgo irregular a Tomada de Preços nº 05/2015, o contrato dela decorrente, o termo aditivo e o termo de rescisão e a execução contratual, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Bofete e a empresa Izilda Domingues de Rezende EPP, assinado em 05 de maio de 2015, remetendo-se cópia à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOFETE por intermédio de sua Procuradoria Jurídica, nos termos do artigo 2º, inciso XXVII, da Lei Complementar nº 70/93, devendo o Sr. Prefeito informar a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, sobre as providências adotadas, em relação às irregularidades apontadas, especificamente quanto à apuração de responsabilidade; e À CÂMARA MUNICIPAL LOCAL, conforme artigo 2º, inciso XV, do mesmo diploma legal.

Publique-se.  
 Proc.: 00021488.989.17-9.

Contratante: COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP (CNPJ 43.776.517/0001-80). Advogado: MIEKO SAKO TAKAMURA (OAB/SP 187.939). CONTRATADO(A): CONSORCIO OTIMIZACAO CAMPO LIMPO/EMBU (CNPJ 22.790.412/0001-05). INTERESSADO(A): PAULO MASSATO YOSHIMOTO (CPF 898.271.128-72). ROBERVAL TAVARES DE SOUZA (CPF 108.543.688-84). Assunto: 1º TERMO DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO 10193/15. Exercício: 2017. INSTRUÇÃO POR: DF-07. PROCESSO PRINCIPAL: 5657.989.15-8.

Proc.: 0002430.989.18-1.

Contratante: COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP (CNPJ 43.776.517/0001-80). Advogado: MIEKO SAKO TAKAMURA (OAB/SP 187.939). CONTRATADO(A): CONSORCIO OTIMIZACAO CAMPO LIMPO/EMBU (CNPJ 22.790.412/0001-05). INTERESSADO(A): AGOSTINHO DE JESUS GONCALVES GERALDES (CPF 099.869.428-29). Assunto: ENCERRAMENTO DO CONTRATO Nº 10193/15. Exercício: 2019. INSTRUÇÃO POR: DF-07. PROCESSO PRINCIPAL: 5657.989.15-8.

Em sessão realizada em 23 de agosto de 2016, a Colenda Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo decidiu julgar irregulares a licitação e o contrato – (Evento 75.1 do TC-005657.989.15-8).

No entanto, foi Revertido em grau de Recurso Ordinário – (Evento 61.1 do TC-015881.989.16-4).

Em 1º Termo de Alteração (TC-0021488.989.17-9), objetivando a Prorrogação do prazo contratual por mais 42 (quarentos e vinte e cinco) dias, passando o término da vigência para o dia 28/02/2019;

2) O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO (TC-24300.989.19-1), objetivando declarar o recebimento definitivo e aceitação final, por parte da Companhia, das obras (serviços ou materiais) objeto do Contrato 10.193/15, não eximindo a contratada das obrigações e responsabilidades assumidas no contrato e/ou acordo, bem como das decorrentes dos dispositivos legais aplicáveis à espécie. Informar que, do valor total do contrato R\$ 9.399.000,00, não foi utilizado o saldo de R\$ 14,18, permanecendo ratificadas as demais cláusulas do contrato original.

Os órgãos de fiscalização da Casa opinaram pela regularidade do Termo de Alteração e do Termo de Recebimento Definitivo (eventos 15 e 11), não registrando apontamentos de irregularidades que possam comprometer a matéria.

A PFE opinou no mesmo sentido da regularidade (evento 27 e 25).

O MPC certificou que o processo não foi selecionado nos termos do artigo 1º, §5º, do Ato Normativo nº 006/14-PGC – eventos 29 e 27.

É o Relatório.

À vista da documentação constante dos autos e das manifestações dos órgãos de fiscalização da Casa e da PFE, razão pela qual Julgo Regular o 1º Termo de Alteração do Contrato nº 10.193/15 e, também, TOMO CONHECIMENTO do Termo de Recebimento Definitivo.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a integra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Proc.: 00013433.989.19-1.

Contratante: COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP (CNPJ 43.776.517/0001-80). Advogado: MIEKO SAKO TAKAMURA (OAB/SP 187.939). CONTRATADO(A): ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS S/A - EPT (CNPJ 60.730.645/0001-01). INTERESSADO(A): PAULO MASSATO YOSHIMOTO (CPF 898.271.128-72). ROBERVAL TAVARES DE SOUZA (CPF 108.543.688-84). Assunto: 3º TERMO DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO Nº 10.404/14. Exercício: 2019. INSTRUÇÃO POR: DF-07. PROCESSO PRINCIPAL: 5443.989.14-0.

Proc.: 00020528.989.19-7.

Contratante: COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP (CNPJ 43.776.517/0001-80). Advogado: MIEKO SAKO TAKAMURA (OAB/SP 187.939). CONTRATADO(A): ENGENHARIA E PESQUISAS TECNOLOGICAS S/A - EPT (CNPJ 60.730.645/0001-01). INTERESSADO(A): PAULO MASSATO YOSHIMOTO (CPF 898.271.128-72). ROBERVAL TAVARES DE SOUZA (CPF 108.543.688-84). Assunto: 3º TERMO DE ALTERAÇÃO DO CONTRATO Nº 10.404/14. Exercício: 2019. INSTRUÇÃO POR: DF-07. PROCESSO PRINCIPAL: 5443.989.14-0.

Tratam os autos de contrato firmado entre as partes acima mencionadas, já julgado regular, bem como o Pregão Eletrônico, a Representação e, também, os Termos Aditivos, conforme o evento 64 (TC-00642.989.16-4).

Em exame, o Termo de Encerramento Contratual (evento 1.4), objetivando:

- As partes, de comum acordo, consideram concluído o objeto do contrato em 05/10/2017, permanecendo em vigência as obrigações remanescentes – As partes dão-se plena, rasa, mútua, recíproca, irrevogável e irretroativa quitação dos serviços e valores para nada mais reclamar a qualquer título. A contratada renuncia a aplicação da diferença entre o percentual de reajuste apurado, do período de fevereiro/2016 a janeiro/2017, de 5,44% e o percentual negociado de 5%, e dá total e irrevogável quitação dos valores dela decorrentes, para nada mais vir a reclamar.

Os órgãos de fiscalização da Casa, PFE e MPC (eventos 19, 22 e 30 respectivamente), manifestaram-se pelo conhecimento do Termo de Encerramento, entendendo que a final da vigência contratual ocorreu em 05/10/17, não havendo matéria pendente de julgamento.

É o Relatório.

Ante o exposto, acompanho as manifestações dos órgãos de fiscalização da Casa, PFE e MPC, razão pela qual Tomo Conhecimento do Termo de Encerramento do Contrato nº PRO-02.6873.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a integra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP) no endereço [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Proc.: eTC - 21641/989/19.

Órgão: Secretaria de Turismo - Gabinete do Secretário. Matéria em exame: Prestação de Contas de Adiantamento (Despesa com verba de Representação). Ordenador da Despesa: Guilherme de Miranda Clementino. Responsável: Valquíria Teixeira Campos Alves. Período: 01/08/2019 a 30/08/2019. Valor: R\$ 4.000,00. Instrução por: DF-2/DSF-II.

Extrato de Sentença: Pelos fundamentos expostos na sentença referida, JULGO REGULAR a prestação de contas de Adiantamento da Secretaria de Turismo, para atender despesa com verba de Representação, referente ao período de 01/08/2019 a 30/08/2019, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), nos termos do art. 33, inciso I, c.c. artigos 48 e 50, da Lei Complementar Estadual nº 70/93, e por consequência quite (a) ordenador(a) da despesa,